

Geografia Regional dos Países Periféricos

**Marcelo Alves Mendes
José Eloízio da Costa**



**São Cristóvão/SE
2011**

Geografia Regional dos Países Periféricos

Elaboração de Conteúdo

Marcelo Alves Mendes

José Eloízio da Costa

Projeto Gráfico

Neverton Correia da Silva

Nycolas Menezes Melo

Capa

Hermeson Alves de Menezes

Diagramação

Nycolas Menezes Melo

Ilustração

Marcelo Alves Mendes

José Eloízio da Costa

Presidente da República

Dilma Vana Rousseff

Ministro da Educação

Fernando Haddad

Diretor de Educação a Distância

João Carlos Teatini Souza Clímaco

Reitor

Josué Modesto dos Passos Subrinho

Vice-Reitor

Angelo Roberto Antonioli

Chefe de Gabinete

Ednalva Freire Caetano

Coordenador Geral da UAB/UFS**Diretor do CESAD**

Antônio Ponciano Bezerra

coordenador-adjunto da UAB/UFS**Vice-diretor do CESAD**

Fábio Alves dos Santos

Diretoria Pedagógica

Clotildes Farias de Sousa (Diretora)

Diretoria Administrativa e Financeira

Edélzio Alves Costa Júnior (Diretor)

Sylvia Helena de Almeida Soares

Valter Siqueira Alves

Coordenação de Cursos

Djalma Andrade (Coordenadora)

Núcleo de Formação Continuada

Rosemeire Marcedo Costa (Coordenadora)

Núcleo de Avaliação

Hérica dos Santos Matos (Coordenadora)

Núcleo de Tecnologia da Informação

João Eduardo Batista de Deus Anselmo

Marcel da Conceição Souza

Raimundo Araujo de Almeida Júnior

Assessoria de Comunicação

Guilherme Borba Gouy

Coordenadores de Curso

Denis Menezes (Letras Português)

Eduardo Farias (Administração)

Paulo Souza Rabelo (Matemática)

Hélio Mario Araújo (Geografia)

Lourival Santana (História)

Marcelo Macedo (Física)

Silmara Pantaleão (Ciências Biológicas)

Coordenadores de Tutoria

Edvan dos Santos Sousa (Física)

Raquel Rosário Matos (Matemática)

Ayslan Jorge Santos da Araujo (Administração)

Carolina Nunes Goes (História)

Viviane Costa Felicíssimo (Química)

Gleise Campos Pinto Santana (Geografia)

Trícia C. P. de Sant'ana (Ciências Biológicas)

Vanessa Santos Góes (Letras Português)

Lívia Carvalho Santos (Presencial)

Adriana Andrade da Silva (Presencial)

NÚCLEO DE MATERIAL DIDÁTICO

Hermeson Menezes (Coordenador)

Marcio Roberto de Oliveira Mendonça

Neverton Correia da Silva

Nicolás Menezes Melo

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Cidade Universitária Prof. "José Aloísio de Campos"

Av. Marechal Rondon, s/n - Jardim Rosa Elze

CEP 49100-000 - São Cristóvão - SE

Fone(79) 2105 - 6600 - Fax(79) 2105- 6474

Sumário

AULA 1

Países periféricos – Antecedentes, diversidades conceituais e classificatórias do mundo contemporâneo 07

AULA 2

Divisão Internacional do Trabalho (DIT) e o contexto histórico 19

AULA 3

A formação dos blocos regionais nos países periféricos..... 29

AULA 4

Países periféricos: desigualdades sociais e dependência econômica...39

AULA 5

Países emergentes: Os BRICS 53

AULA 6

Países semi-emergentes: México, África do Sul, Indonésia, Malásia, Tailândia e Vietnã. 53

AULA 7

Regiões petrolíferas – A configuração da nova geopolítica energética...79

AULA 8

América Latina e África Negra 91

AULA 9

Oriente Médio e Sudeste Asiático 103

AULA 10

Leste Europeu117

Aula 1

PAÍSES PERIFÉRICOS – ANTECEDENTES, DIVERSIDADES CONCEITUAIS E CLASSIFICATÓRIAS DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

META

No final da aula o aluno dominará os conceitos básicos e mais conhecidos relacionados a divisão histórica, social e econômica do mundo contemporâneo, em especial para entender o alcance dos chamados países periféricos e de certa forma da carga ideológica relacionada a essa divisão.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

- Entender o processo histórico que levou a formação dos chamados países centrais e países periféricos a partir das diversas concepções desenvolvidas para analisar o complicado mundo contemporâneo.
- Analisar didaticamente a existência das diversidades conceituais existentes da divisão do mundo a partir de elementos centrais como a questão econômica e histórica.
- Dominar a necessidade de classificar o mundo a partir de uma determinada teoria ou ideologia relacionada a divisão do mundo, com ênfase na questão do desenvolvimento do capitalismo.

PRÉ-REQUISITO

O requisito para cursar essa disciplina é domínio da história e da geografia econômica, além das categoriais centrais da Geografia, como espaço e território.

José Eloízio da Costa

INTRODUÇÃO

Na Geografia o desejo de conhecer o mundo em duas diversas facetas é comum e ao mesmo tempo estimulante. Nós sempre precisamos dessas referências para tornar a nossa área de estudo mais rica e variada para os nossos estudos.

Em função da complexidade do mundo contemporâneo, não podemos esquecer que existem diversas formas de dividir o mundo e não apenas um “modelo” onde a questão sempre estar concentrada na velha “divisão” entre os países ricos e os países pobres. Na nossa concepção, esse padrão classificatório é determinista e de certa forma simplório demais.

Dessa forma, é conveniente o aluno observar nessas primeiras linhas do nosso curso que estamos mexendo em uma temática onde os aspectos políticos e ideológicos prevalecem e os estudiosos das áreas de Relações Internacionais e da Economia Internacional, principalmente, produzem análises que muitas vezes mascaram a cruel realidade das desigualdades sociais e econômicas; onde a base desse processo são os aspectos históricos.

Nessa esteira, estamos dividindo esse primeiro capítulo, de caráter meramente introdutório, para mostrar essa diversidade e apresentar uma proposta em sua parte final porque optamos pela expressão mais conveniente: países centrais e países periféricos.

Lembrar que essas “classificações econômicas territoriais” podem ser ilustrativas, mas não podemos esquecer que variáveis como renda, escolaridade, longevidade, etnia, acesso aos bens de consumo, etc. são demarcadas por essas divisões. Mas nosso enfoque estará concentrado dentro da perspectiva da história econômica.

O nosso curso procurará entender essa dinâmica a partir de uma concepção mais “atual possível”, não apenas visando o desmascaramento de determinadas concepções e também da disputa entre elas.

Nesse aspecto, dividimos o presente capítulo escolhendo a realidade da América Latina como a realidade mais conveniente e historicamente mais próxima de nós, brasileiros.

Assim, inserimos três concepções bem conhecidas dentro da história econômica latino-americana: a teoria Cepalina, a teoria da Substituição de Importações e a Teoria da Economia Crítica (nessa ultima, é a nossa própria classificação).

Como dissemos acima, escolhemos três teorias para entender a diversidade conceitual dos chamados países centrais e países periféricos. Entretanto, para isso é necessário agregarmos a importância do sistema histórico dominado pelo capitalismo e sua importância histórica na formação do mundo contemporâneo a partir de seus antecedentes.

ANTECEDENTES

Bem verdade que o aluno deve perceber que o sistema capitalista nunca esteve presente neste mundo. Os modelos mais antigos – domínios dos impérios e período medieval – não tinham como principal referência de reprodução da sociedade e da economia sob o domínio do capitalismo. O capitalismo é um sistema histórico relativamente recente, com pouco mais de 300 anos. E sua marca foi à capacidade de expandir sem rédeas para todo o mundo, em todos os cantinhos do mundo, como bem coloca Marx (*O Capital*).

E nisso é que chegamos à simples constatação de entender essas diferenças abissais entre ricos e pobres no mundo, que não era vista em períodos históricos anteriores. No período sob o domínio do Império Romano, por exemplo, havia uma divisão nítida – entre romanos e “bárbaros” – mas dentro de um contexto de “conquistas territoriais” e de submissão dos perdedores aos vencedores nas incontáveis guerras e batalhas. A ânsia era de poder e submeter aos não-romanos, mas sem qualquer lastro econômico de dominação. A dominação era meramente política.

Daí a nossa tese que a divisão do mundo se processou de forma violenta a partir da vitória histórica do capitalismo. Suas características de crescer para o mundo inteiro e transformar tudo em objeto de troca foi o motor da divisão do mundo em áreas economicamente mais dinâmicas e outras estagnadas. Mais interessante foi a capacidade permanente do desenvolvimento da técnica e da necessária formação dos chamados Estados-Nacionais, o que daria segurança aos novos dominadores – os capitalistas – para realizar seus lucros e ganhos nos novos territórios comerciais. Essa seria uma das óticas do conhecido historiador britânico Eric Hobsbwan.

Nesse aspecto, a conquista de novas terras, a submissão de milhões de pessoas ao cruel sistema comercial centralizado nos países europeus, e principalmente o desenvolvimento comercial em nível mundial contribuiria na formação de desigualdades territoriais, principalmente em suas formações econômicas.

Soma-se também, e isso o aluno já deve ter conhecimento em suas aulas do ensino médio, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial Inglesa; dois grandes eventos históricos que confirmam o capitalismo no mundo inteiro e da formação das desigualdades entre regiões e países.

Dessa forma, podemos tranquilamente observar que seria a partir de meados do século XIX, e de forma destacada durante a primeira metade do século XX, é que concretamente existia um mundo desigual e que deter-

minadas áreas do planeta ficavam mais ricas e poderosas em detrimento de outras áreas do planeta. Mesmo sob o espectro dos domínios ideológicos e socioeconômicos – capitalismo e socialismo – havia um fosso entre os países e certamente a revolução socialista na Rússia seria uma tentativa de superação dessa desigualdade provocada pelo capitalismo entre os países.

O mais interessante é que a consciência da divisão do mundo deu-se no século XX e de forma mais contundente com o fim da segunda guerra mundial, quando efetivamente saíam movimentos de autonomia dos países mais pobres (chamados por alguns de libertação nacional) e ao mesmo tempo de superação dessa desigualdade onde a proposta das revoluções socialistas era a mais sedutora. Era o que aconteceria na China, Cuba e alguns países asiáticos e africanos nas décadas de 50 e 60 do século passado.

É dentro desses antecedentes que agregamos as teorias que desenvolvemos na aula:

A TEORIA CEPALINA EM RELAÇÃO AOS PAÍSES PERIFÉRICOS

Essa expressão vem da CEPAL (Comissão Econômica sobre a América Latina), é uma entidade de estudos econômicos e sociais da ONU especializada em analisar a realidade da América Latina. Seu primeiro diretor-presidente, Raul Prebisch, economista argentino, formou no início dos anos 50 do século passado um grupo de estudiosos e pesquisadores latino-americanos preocupados em analisar a realidade econômica dessa região, destacando entre eles o economista brasileiro Celso Furtado, onde sistematizou uma nova abordagem para superar “teóricas econômicas importadas” que não refletia a dinâmica econômica e histórica dos países da América Latina.

Para esse economista argentino, a concepção clássica da economia capitalista na qual o crescimento e desenvolvimento das economias nacionais se processariam a partir da especialização produtiva das regiões, numa espécie de “vocação regional” não aplicaria para uma realidade tão complexa como a latino-americana na medida em que a “vocação dessa região destinada a produção e exportação de produtos primários (agricultura e minerais)” ao longo do tempo não surtiria efeitos econômicos benéficos. Pelo contrário, a tendência seria a estagnação dessas economias na medida em que os preços desses produtos não apresentariam estabilidade, face ao reduzido valor agregado desses produtos no mercado internacional.

Seria acrescida também a tese em que os países latino-americanos tinham dois setores econômicos bem diferentes: o setor atrasado representado pela agricultura e o dinâmico representado pela indústria. Ou seja, havia uma polarização contraditória entre o rural e o urbano e certamente seria uma realidade para países de economias estagnadas como as africanas e as asiáticas mais pobres.

Essa teoria superou a concepção evolucionista de que um “dia chegaríamos ao nível de industrialização dos países capitalistas desenvolvidos”. Quando

era justamente o contrário. Na verdade essa também seria uma tentativa de dar resposta a concepção extraída na Conferência de Bandung (Indonésia) em 1955 onde foi formado o grupo dos chamados “países não-alinhados”, que integrariam os “países subdesenvolvidos” expressão que durou muito tempo e que dava esse caráter evolucionista. A teoria cepalina iria além dessa concepção.

Daí a importância do aluno entender que expressões como “países desenvolvidos” e “países subdesenvolvidos” foram mais produtos de uma “ideologia” de conformidade com a realidade desigual e combinada das economias capitalistas durante boa parte da segunda metade do século XX, focada também na origem colonial dessas economias, isso para fortalecer as economias centrais. Nas palavras de Francisco de Oliveira:

“O subdesenvolvimento, assim não se inscreveria numa cadeia de evolução que começava no mundo primitivo até alcançar por meio de estágios sucessivos, o pleno desenvolvimento. Antes, tratou-se de uma singularidade histórica, a forma do desenvolvimento capitalista nas ex-colônias transformadas em periferia, cuja função histórica era fornecer elementos para a acumulação de capital no centro”.

A IMPORTÂNCIA DE CONHECER A TEORIA DA SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES

Essa teoria foi desenvolvida em meados dos anos 50 do século passado, tendo como maior protagonista a economista luso-brasileira Maria da Conceição Tavares, em sua obra que leva o nome da teoria. Sua abordagem foi inovadora, na qual é distinta da teoria cepalina e analisou não apenas a realidade latino-americana, como também da formação da economia brasileira.

É claro que dentro da Geografia, em especial nessa disciplina, inserir uma teoria do campo da economia é problemática. Mas garantimos ao aluno que as próximas aulas só podem ser entendidas se conhecermos algumas dessas teorias que explicam a questão histórica e econômica dos “países periféricos”.

Nesse caso, quais seriam os fundamentos da teoria da substituição de importações?

Para Maria da Conceição Tavares, o processo de substituição de importações seria uma forma de superação do “subdesenvolvimento” das economias latino-americanas, transformando o modelo exportador de produtos primários por uma forma de desenvolvimento interno baseado na industrialização intensiva combinada por um sistema financeiro desenvolvido e articulado com o setor produtivo.

O caso do Brasil seria o mais emblemático na medida em que suas condicionantes econômicas seriam favoráveis, quando elementos como emprego, planejamento, competitividade dos setores produtivos e principalmente diversidades das atividades econômicas seriam importantes na organização da economia, isso sob o lastro da importância de superação dos

desequilíbrios externos e da constatação da “deteriorização dos termos de troca” entre os países, o que geraria dependência econômica. Daí a necessidade de desenvolver o processo de industrialização enquanto matriz de desenvolvimento dos países historicamente mais pobres.

Observa-se que essa abordagem, pela expressão, parece um tanto simplista. O que não vem ao caso. A própria autora da abordagem assim ser expressa em relação a acepção “substituição de importações” e necessariamente não significa diminuição literal de alguns produtos importados e substituição para produtos internos. E ainda complementa:

“Na realidade, o termo substituição de importações adotado para designar o novo processo de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, é pouco feliz porque dá a impressão de que consiste em uma operação simples e limitada de retirar ou diminuir componentes da pauta de importações para substituí-los por produtos nacionais. Uma extensão deste critério simplista poderia leva a crer que o objetivo ‘natural’ seria eliminar todas as importações, isto é, alcançar a autarcia”.

Finalmente podemos dizer que essa teoria é propositiva e insere como uma forma de superação do “subdesenvolvimento econômico” dos países mais fracos, dando prioridade ao mercado interno, ao processo de industrialização. Enfim, da necessidade diversificação das economias nacionais.

A TEORIA DA ECONOMIA CRÍTICA

Essa abordagem efetivamente “não existe” na literatura sobre a temática. Mas tentamos criar para o aluno entender de forma mais didática possível.

É uma concepção que facilmente direciona das abordagens desenvolvidas pelo sociólogo brasileiro Francisco de Oliveira. É uma tentativa de superação das duas teorias anteriores. Em sua obra “Crítica à Razão Dualista”, esse autor explicita a “singularidade histórica” das economias latino-americanas, onde o desenvolvimento capitalista pautou-se pelo fortalecimento das relações desiguais entre as economias centrais e periféricas, e do papel do Estado em todo o processo através de investimentos em obras de infra-estrutura e principalmente do papel da força de trabalho a partir da sua superexploração.

Em síntese, a natureza dos países periféricos tem a ver com seus processos históricos de integrarem anteriormente como colônias de exploração, de desigualdades na comercialização de produtos, do aumento da dependência econômica e da integração em escala mundial como economias subordinadas estabelecidas com a formação dos Estados independentes na periferia.

O mais relevante nessa abordagem é a visão totalizadora de uma economia capitalista que atua de forma desigual e combinada, que concentra seus ganhos em poucos lugares

Podemos dizer que esse seria o fundamento da chamada Divisão Internacional do Trabalho, tema a ser desenvolvido no próximo capítulo do nosso curso e por sinal sendo uma categoria teoricamente muito cara e principalmente denunciadora da realidade dos Países Periféricos. Daí a nossa inserção como tema da chamada Economia Crítica a ser desenvolvido no segundo capítulo.

CONCLUSÃO

Em síntese, a natureza dos países periféricos tem a ver com seus processos históricos de integrarem anteriormente como colônias de exploração, de desigualdades na comercialização de produtos, do aumento da dependência econômica e da integração em escala mundial como economias subordinadas estabelecidas com a formação dos Estados independentes na periferia.

O mais relevante nessa abordagem é a visão totalizadora de uma economia capitalista que atua de forma desigual e combinada, que concentra seus ganhos em poucos lugares

Podemos dizer que esse seria o fundamento da chamada Divisão Internacional do Trabalho, tema a ser desenvolvido no próximo capítulo do nosso curso e por sinal sendo uma categoria teoricamente muito cara e principalmente denunciadora da realidade dos Países Periféricos. Daí a nossa inserção como tema da chamada Economia Crítica a ser desenvolvido no segundo capítulo.



RESUMO

Finalmente o aluno deve perceber que não podemos desvalorizar, mesmo em um curso de graduação em Geografia, a natureza da expressão desse curso – Países Periféricos – e que não veio do nada, e sim como produto de um conjunto de abordagens teóricas e de problemas de aplicação em algumas partes do globo terrestre onde estavam localizados os conhecidos “países subdesenvolvidos”.

Por outro lado, até a expressão “periferia” é um tanto pejorativa e de certa forma preconceituosa, porque simplesmente não está no “centro”. E, portanto, não merece ser valorizado. Entretanto, o aluno, mesmo que superficialmente, conhecendo algumas dessas teorias, como apresentamos nesse capítulo, lhe dar certa segurança para entender que a questão não é determinista ou fatalista.

Ou seja, os países periféricos são social e economicamente pobres porque querem. Mas existe todo um processo histórico que aprofunda ainda mais a desigualdade entre quem está no centro e quem está na periferia. É o atrasado que alimenta o moderno, como bem diz Francisco de Oliveira.



ATIVIDADES

1. Pesquise qual o significado dos chamados “países não-alinhados”.
2. Discorra quem foi Celso Furtado e quais suas principais obras escritas, bem como sua trajetória na SUDENE.
3. Autarcia significa uma economia absolutamente autônoma, que não precisa de produtos do mercado exterior. Pesquise e responda essa questão.

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

O tema apresentado tem sua importância enquanto fundamento inicial de entender a realidade dos países periféricos, em especial na questão dos elementos históricos e da diversidade da base teórica apresentada, servindo para o aluno continuar os estudos daqui para frente.



PRÓXIMA AULA

Como já dissemos acima, o próximo tema é uma continuidade da presente aula, agora sob a roupagem de “divisão internacional do trabalho” e que integra o que dissemos aqui como “economia crítica”.



AUTOAVALIAÇÃO

Considero o tema inédito dentro do nosso curso à distância, até porque a proposta supera as dificuldades encontradas em outros modelos de análise. Avalio como elemento positivo.

REFERÊNCIAS

- HOBBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos**. São Paulo: editora Companhia das Letras, 2000.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: editora Nacional, 1969. 3ª edição.
- MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005, 10ª edição.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista – O Ornitorrinco**. São Paulo: editora Boitempo, 2003.
- TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: editora Zahar, 1983, 11ª edição.